§ 3º Uma vez especificado o produto em um dos anexos, o importador, fabricante, distribuidor ou revendedor poderá solicitar sua exclusão à Coordenação de Fiscalização Tributária, instruída com a especificação exata do produto, volume e embalagem." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 351, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 105, parágrafo único, incisos I e III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Concurso de Desenho para filhos de servidores e empregados públicos dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, sobre o tema "Meu Sonho para 2021", na forma do anexo único a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

REGULAMENTO DO CONCURSO DE DESENHO PARA FILHOS DE SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL "Meu Sonho para 2021"

1. DO OBJETIVO

O CONCURSO DE DESENHO PARA FILHOS DE SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, versando sobre o tema "Meu Sonho para 2021", promovido pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, tem por objetivo a valorização dos servidores e empregados públicos dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, por meio do incentivo à criatividade e à produção artística dos seus filhos.

2. DOS PARTICIPANTES

Poderão se inscrever no concurso de que trata este regulamento, os filhos ou enteados dos servidores e empregados públicos ativos ou aposentados, da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, na faixa etária de 6 a 12 anos de idade.

3. DA FORMA E DAS CONDIÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

3.1. O trabalho deverá ser realizado individualmente;

3.2. Os trabalhos deverão ser confeccionados em qualquer tipo de papel, em preto e branco ou em cores;

3.3. Poderão ser utilizados tintas guache, aquarela, óleo, nanquim e ainda giz de cera, lápis de cor, pastel ou canetas coloridas;

3.4. Cada criança somente poderá inscrever um desenho.

4. DAS INSCRIÇÕES E DA ENTREGA DOS TRABALHOS

4.1. As inscrições serão realizadas no período de 09 a 13 de novembro de 2020, via e-mail: Meusonhopara2021@economia.df.gov.br.

4.2. No ato da inscrição deverão ser encaminhados:

- desenho que expresse "meu sonho para 2021", em formato PDF e tamanho A4;
- cópia da Certidão de Nascimento da criança; e
- cópia do contracheque ou classificação funcional do servidor ou empregado público.

5. DO JULGAMENTO

5.1. Os desenhos serão submetidos à apreciação de Comissão Julgadora que deverá analisá-los por faixas etárias a saber:

- Faixa Etária 1: de 6 a 8 anos incompletos;
- Faixa Etária 2: de 8 a 10 anos incompletos;
- Faixa Etária 3: de 10 a 12 anos incompletos.

6. DA PREMIAÇÃO

6.1. Serão premiados os 12 melhores desenhos, sendo quatro de cada faixa etária, que receberão os seguintes prêmios:

- Um computador para cada classificado em 1º lugar das três faixas etárias;
- Um tablet infantil para cada classificado em 2º, 3º e 4º lugares das três faixas etárias.

6.2. A entrega dos prêmios dar-se-á em data e local a serem oportunamente divulgados.

6.3. Os doze desenhos premiados serão aproveitados na confecção do calendário do GDF para o ano de 2021, juntamente com a foto da criança e do responsável.

7. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1. A escolha dos 12 (doze) desenhos será feita pela Comissão Organizadora do concurso, que será composta por 03 (três) servidores efetivos da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

7.2. É vedada a participação dos filhos dos integrantes da Comissão Organizadora do concurso.

7.3. Os casos omissos neste Regulamento serão dirimidos pela Comissão Organizadora, que será presidida pela Subsecretária de Valorização do Servidor, da Secretaria Executiva de Valorização e Qualidade de Vida.

PORTARIA Nº 353, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Altera a Portaria nº 386, de 20 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a obrigação de preenchimento do campo I05f "Código de Benefício Fiscal na UF aplicado ao item", na Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e na Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e, modelos 55 e 65, respectivamente.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do parágrafo único do art. 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto no art. 170-A do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 386, de 20 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2021. (NR)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

UNIDADE DE CORREGEDORIA FAZENDÁRIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 60, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

O CORREGEDOR CHEFE, DA UNIDADE DE CORREGEDORIA FAZENDÁRIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no inciso VIII, do art. 7º, da Lei 3.167, de 11/07/2003, c/c os artigos, 14 e 221, do Decreto 35.565, de 25/06/2014, bem como nos artigos 211, 217, 236 e 237, da Lei Complementar nº 840 de 23/12/2011, e ainda o que consta no Memorando nº 10/2020 - SEEC/SEGEA/SUAG/ASTEC/CPAD, nos autos do Processo nº 00040-00011578/2019-61, resolve:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo concedido à Comissão Apuradora do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 227 de 05/07/2019, publicada no DODF nº 146 de 05/08/2019, pág. 8, e reinstaurado pelas Ordens de Serviço - SEEC/GAB/UCF: nº 10 de 25/03/2020, publicada no DODF nº 64, de 03/04/2020, pág. 11; e nº 41 de 26/08/2020, publicada no DODF nº 164 de 28/08/2020, pág. 27, para apuração dos fatos apontados no Processo nº 0410-004123/2016.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE DOS SANTOS BARBOSA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 61, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

O CORREGEDOR CHEFE, DA UNIDADE DE CORREGEDORIA FAZENDÁRIA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no inciso VIII, do art. 7º, da Lei 3.167, de 11/07/2003, c/c os artigos, 14 e 221, do Decreto 35.565, de 25/06/2014, bem como nos artigos 211, 217, 236 e 237, da Lei Complementar nº 840, de 23/12/2011, e ainda o que consta no Memorando nº 11 - SEEC/SEGEA/SUAG/ASTEC/CPAD, nos autos do Processo nº 00040-00035907/2019-69, resolve:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo concedido à Comissão Apuradora do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 307 de 16/09/2019, publicada no DODF nº 178 de 18/09/2019, pág. 15, e reinstaurado pelas Ordens de Serviço - SEEC/GAB/UCF: nº 11 de 31/03/2020, publicada no DODF nº 64 de 03/04/2020, pág. 11; e nº 42 de 26/08/2020, publicada no DODF nº 164, de 28/08/2020, pág. 27, para apuração dos fatos apontados no Processo nº 00040-00008289/2018-20.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE DOS SANTOS BARBOSA

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

RETIFICAÇÃO

No Acórdão da 1.ª Câmara Nº 003/2020, publicado no DODF 103, de 02 de junho de 2020, página 5, ONDE SE LÊ: "...Data do Julgamento: 25 de novembro de 2020...", LEIA-SE: "...Data do Julgamento: 25 de novembro de 2019...".

No Acórdão da 1.ª Câmara Nº 005/2020, publicado no DODF 113, de 18 de junho de 2020, página 15, ONDE SE LÊ: "...Data do Julgamento: 26 de novembro de 2020...", LEIA-SE: "...Data do Julgamento: 26 de novembro de 2019...".

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR

PORTARIA Nº 06, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fixa os valores de contribuição mensal, mínimos e máximos, do Plano de Assistência Suplementar à Saúde do Distrito Federal, GDF-SAÚDE-DF.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL, Interino, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 7 e 21, do Regimento Interno do INAS/DF, Portaria n. 262 de 9 de novembro de 2006, publicada no DODF de 10/11/2006, p. 01, resolve:

Art. 1º Fixar os valores de contribuição mensal, mínimos e máximos, dos beneficiários do Plano de Assistência à Saúde Suplementar, GDF-Saúde-DF, em conformidade com o disposto no art. 21, §1º e §2º da Lei nº 3.831, de 2006, e com a Resolução nº 02, de 06 de setembro de 2006, do Conselho de Administração do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal, conforme abaixo:

I – Valor mínimo de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para o beneficiário titular e de R\$ 200,00 (duzentos reais) por beneficiário dependente ativo e de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por beneficiário dependente inativo.

II – Valor máximo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para o beneficiário titular e de R\$ 300,00 (trezentos reais) por beneficiário dependente ativo e de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por beneficiário dependente inativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

NEY FERAZ JUNIOR